EDUCAÇÃO & REALIDADE

20(1):73-91
jan./jun. 1995

O CAMPO DA DIDÁTICA NO ENSINO SUPERIOR: UM ENFOQUE SÓCIO-HISTÓRICO

Maria Manuela Alves Garcia

RESUMO - ***O campo da Didática no ensino superior brasileiro: um enfoque sócio-histórico***. O artigo sintetiza as principais questões e resultados de investigação que, desde uma perspectiva histórico-sociológica, analisou a trajetória da Didática nas antigas Faculdades de Filosofia. Identifica quem foram os primeiros professores de Didática, discute as formas como a Didática e seus agentes foram delimitando o seu objeto de estudos e práticas e as relações da Didática com outras disciplinas do campo pedagógico. Aponta ainda para a história recente da Didática no ensino superior brasileiro, indicando possibilidades de análise do movimento de "crise" vivido pela Didática a partir de meados da década de 70.
Palavras-chave: *Didática, ensino de Didática, história da Didática, Didática e formação de professores.*

ABSTRACT - ***The field of Didactics in Brazilian Universitary teaching: a social-historic look.*** The article summarizes the main questions and results of a socio-historical investigation which has analyzed the trajectory of Didactics in early Philosophy courses. It identifies who the first teachers of Didactics were, and brings into discussion how Didactics and its agents have delimited the object of their study and practice - as well as the relations Didactics has established with other subjects of the pedagogical field. The article also examines the recent history of Didactics in the Brazilian Universitary teaching, pointing out possible ways of analyzing the movement of "crisis" Didactics has been through since the mid-seventies.
Key-words: *Didactics, teaching of Didactics, history of Didactics, Didactics and Teacher Education.*

Introdução

Essa investigação teve como objeto de estudo a constituição da Didática enquanto um campo de estudos e práticas no ensino superior brasileiro. Procurou reconstituir a trajetória da Didática no campo acadêmico-universitário, em um período de tempo que remonta à origem dessa disciplina nos cursos de formação de professores em nível superior, nos anos 30 deste século, e vai até aproximadamente o final dos anos 70.

Do ponto de vista metodológico, o estudo caracterizou-se por fazer uma análise histórico-sociológica das memórias e representações de um conjunto de dez professores- pesquisadores — coletadas através da modalidade de entrevista de **história oral**[1] que, no decorrer de suas vidas e trajetórias profissionais, estiveram — e a maioria ainda está — envolvidos com a constituição e o desenvolvimento da Didática, enquanto disciplina escolar e científica, no contexto das instituições em que atuaram ou vêm atuando.

Do conjunto dos dez depoimentos coletados, quatro são representativos da primeira geração de professores de Didática no ensino superior brasileiro, e seus autores ocuparam, seja como catedráticos e/ou assistentes, a cadeira de Didática Geral e Especial nas antigas Faculdades de Filosofia. Esses sujeitos foram selecionados tanto por sua disponibilidade e condições físicas para prestar o seu depoimento, como por seu pertencimento a diferentes instituições representativas das antigas Faculdades de Filosofia. São eles: Alaíde Lisboa de Oliveira, assistente da primeira catedrática de Didática, Filocelina da Costa Matos Almeida, na antiga Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, e, posteriormente, também catedrática de Didática nessa mesma instituição; Amélia Domingues de Castro, assistente do primeiro catedrático de Didática, Onofre de Arruda Penteado Júnior, na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, e, depois, também catedrática de Didática nessa Faculdade; e, por último, Graciema Pacheco, primeira catedrática de Didática na antiga Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e sua assistente Isolda Holmer Paes.

Os seis depoimentos restantes são representativos da história mais recente da Didática e da Prática de Ensino no campo acadêmico-universitário, e foram prestados por professores- pesquisadores selecionados por sua representatividade em termos da produção intelectual que vem sendo legitimada como o saber de ponta no campo da Didática e da Prática de Ensino a partir de meados da década de 70. São os depoimentos de: Anna Maria Pessoa de Carvalho, José Carlos Libâneo, Luiz Carlos de Freitas, Maria Rita Neto Sales de Oliveira, Marli Dalmazo Afonso de André e Vera Maria Ferrão Candau.

Em função dos objetivos e do recorte de tempo privilegiado na investigação — a gênese e a trajetória da Didática nas antigas Faculdades de Filosofia —, os depoimentos mais exaustivamente analisados foram aqueles representativos da

primeira geração de professores de Didática, e de seus assistentes, no ensino superior brasileiro. Os outros depoimentos foram utilizados de uma forma mais superficial e fragmentada — quando, no texto da dissertação, se problematizou o movimento de crise de legitimidade que atinge a Didática em meados da década de 70 — estando, portanto, à espera de uma análise mais aprofundada que será tarefa de uma investigação a ser por nós desenvolvida em futuro próximo.

Além dos depoimentos orais já indicados, utilizou-se ainda como fonte de dados e material de análise documentos escritos tais como leis, documentos institucionais e oficiais do tipo anuários, *"curricula-vitae"*, atas, anais, relatórios de congressos, encontros, seminários, e, é claro, a própria literatura do campo educacional.

O referencial teórico utilizado tanto na construção do problema de pesquisa como na análise e discussão dos dados foi buscado na sociologia dos campos da produção de bens culturais e simbólicos de Pierre Bourdieu, especialmente nas idéias que este autor desenvolve acerca da estrutura e funcionamento do campo intelectual e científico.

Partiu-se do pressuposto que um campo de saber e uma disciplina existem quando, entre outros fatores, há grupos de profissionais que têm um campo de ação e preocupações em comum e se organizam em determinados centros de prestígio e instâncias de discussão. Os conteúdos que vão sendo selecionados e legitimados dentro do campo refletem as características desses grupos, de suas lutas, estratégias e investimentos no interior das instituições. Os resultados desses processos, de certa forma, vão traçando os limites do próprio campo e da disciplina escolar que lhe corresponde.

Assim, as categorias Bourdieunianas de **campo científico**, **mercado lingüístico**, **estratégias** e **habitus** permitiram uma aproximação do processo de constituição e desenvolvimento da Didática enquanto uma disciplina científica no campo acadêmico-universitário. Forneceram elementos para explicar como a Didática e seus agentes foram delimitando o seu campo de estudos e práticas; como determinados objetos, conteúdos e teorias foram sendo legitimados enquanto objetos próprios do discurso da Didática; como esse discurso foi se transformando ao longo do tempo; a posição ocupada pela Didática e seus agentes na hierarquia das disciplinas e cursos que constituíam as Faculdades de Filosofia, e sua relação com as demais disciplinas pedagógicas e científicas nessas instituições.

Tratou-se a Didática como um **campo** e, especialmente, um **campo científico** na acepção de Bourdieu (1983a, 1987a).

De forma geral, esse autor entende que todos os campos da produção de bens culturais e simbólicos se estruturam a partir de relações de aliança e/ou conflito entre os seus agentes, que lutam pela posse de formas específicas de capital simbólico manifesto em prestígio, reconhecimento, legitimidade, autoridade, etc. As hierarquias no interior de um dado campo se constituem pela maior

ou menor detenção, pelos agentes, dessas formas específicas de capital, conquistadas ou acumuladas pelos diferentes agentes ou instituições na história do campo.

A posição dos agentes nas hierarquias constitutivas de um campo e suas relações com outros agentes, estratégias e investimentos na história desse campo são, ainda, questões mediadas por aspectos como a origem social e a trajetória escolar dos produtores simbólicos (o seu capital social e cultural), pelo **habitus** e pela relação do próprio campo considerado com outros campos sociais, especialmente, os campos político e econômico.

O mesmo pode ser dito em relação ao campo científico.

O **campo científico** se define por um espaço no qual se desenvolve uma luta pelo monopólio da **autoridade científica** (o capital específico em jogo no mundo da ciência) ou, pode-se dizer, pelo poder de impor uma determinada definição de ciência. Assim, há no interior do campo científico uma distribuição desigual de legitimidade que hierarquiza as diferentes disciplinas ou áreas de conhecimento, as diferentes práticas, os problemas, os objetos de estudo e métodos de investigação.

A própria acumulação do capital científico, por contraditório que possa parecer em um primeiro momento, é o resultado das lutas que atravessam o campo científico, em que fins particulares de reconhecimento e legitimidade dos produtores individuais se convertem, por uma lógica própria de funcionamento do campo, na ampliação do conjunto de conhecimentos científicos.

Acima de tudo Bourdieu (1983a) diz que, no campo científico, as tomadas de posição dos produtores e as obras por eles produzidas são passíveis de uma dupla leitura, uma no campo cultural e outra no campo político, as duas intimamente vinculadas. Mesmo aquelas tomadas de posição que significam contribuições e avanços ao progresso científico ou que se manifestam na forma de divergências teóricas ou epistemológicas são, na verdade, posições políticas e interesses em luta no interior do campo.

Foi à luz dessas idéias aqui sucintamente tratadas que a pesquisa desenvolvida pretendeu resgatar a história da constituição da Didática no campo acadêmico-universitário, privilegiando a investigação das memórias sociais e profissionais dos agentes que foram, em diferentes momentos históricos, os protagonistas dessa história.

No presente trabalho, destaca-se, primeiramente, alguns aspectos da constituição e institucionalização legal da Didática no ensino superior brasileiro dos anos 30 e 40 deste século, enfocando, sobretudo, quem foram os primeiros professores de Didática em termos do capital social e escolar de que eram portadores e as formas de recrutamento utilizadas na constituição das equipes de Didática nas antigas Faculdades de Filosofia.

Em um segundo momento, discute-se alguns aspectos do desenvolvimento do campo da Didática no decorrer dos anos 50 e 60, nas Faculdades de Filosofia.

Destaca-se principalmente o movimento que a Didática e seus agentes percorreram na delimitação do seu campo de estudos e práticas, a posição da Didática e seus agentes no interior das Faculdades de Filosofia, os fatores de sua consolidação no interior dessas instituições e o processo de sua fragmentação nos anos 60.

Por último, problematiza-se a história mais recente da Didática no campo acadêmico-universitário, indicando as origens da crise de legitimidade que atingiu sobretudo a Didática Geral a partir de meados da década de 70 e discutindo algumas possibilidades de análise que convergem para a compreensão dos impasses que têm atravessado o campo da Didática nas últimas duas décadas.

A constituição e institucionalização do campo da didática no ensino superior brasileiro

Perseguir os primórdios da constituição da Didática enquanto um campo de estudos e práticas no ensino superior brasileiro levou-nos a buscar o momento inicial de sua institucionalização enquanto matéria de estudo dos currículos de formação de professores nesse nível de ensino.

Por esse caminho, chegou-se às Faculdades de Filosofia que, organizadas nas décadas inicais deste século, foram as instituições que tiveram a seu cargo pela primeira vez no Brasil, entre outros objetivos, o preparo em nível superior de técnicos em educação e de professores para o magistério secundário.

Faz-se aqui uma ressalva ao fato de que um campo de conhecimento e a disciplina escolar — ou disciplinas escolares — que lhe corresponde são objetos de análise de distinta natureza, e levantam, para o pesquisador, problemas também diferenciados no encaminhamento da investigacão. De modo algum partiu-se do pressuposto de que esses níveis de análise fossem idênticos. No entanto, dado o recorte privilegiado na investigação, a análise que se fez de momentos específicos da trajetória da Didática enquanto um campo de saber no âmbito do ensino superior esteve estreitamente ligada ao desenvolvimento da Didática enquanto uma disciplina escolar nesse mesmo âmbito.

Considerou-se que foi o momento mesmo da instituição da Didática como curso e disciplina escolar nas antigas Faculdades de Filosofia uma das condições para que, progressivamente, fossem se constituindo agentes, grupos de agentes, instituições e instâncias de consagração que, encarregadas de um determinado pensar e agir, difundiram e legitimaram um conjunto de saberes sob essa denominação, delimitando a Didática como área de conhecimento relativamente autônoma no ensino superior brasileiro.

A constituição da Didática enquanto um campo de conhecimento e sua institucionalização legal como disciplina escolar nos currículos de formação de professores em nível superior responderam a um movimento de complexificação

e diversificação da sociedade brasileira dos anos 20 e 30 deste século, que exigia a especialização de tarefas e atividades humanas até então reservadas a diletantes e autodidatas.

Nesses termos, a constituição da Didática no campo acadêmico-universitário foi concomitante à própria constituição do campo educacional no Brasil, ou seja, à constituição de uma categoria de produtores — e também de consumidores — de um discurso e de um saber-fazer que se especializou em virtude da necessidade de modernização e expansão do aparelho escolar; necessidade esta demandada pelas classes médias em ascensão, que viam no aumento da escolarização a possibilidade de sua inserção cultural e econômica em uma sociedade que se industrializava em moldes capitalistas; demandada, ainda, pelo próprio Estado, que buscava legitimar e construir uma identidade política nacional capaz de aglutinar o conjunto das forças sociais emergentes em torno do seu projeto modernizador.

Do ponto de vista legal, a Didática surgiu enquanto curso e disciplina escolar com a organização da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), pelo Decreto-lei N. 1.190 de 4 de abril de 1939, passando a estrutura dessa instituição a ser o modelo de organização de todas as instituições congêneres que foram criadas a partir dessa data e ao qual as já existentes tiveram que forçosamente se adaptar.

A FNFi foi organizada compreendendo quatro seções fundamentais: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia, sendo que a cada seção poderiam corresponder um ou mais cursos; e uma seção especial de Didática à qual correspondia o curso de Didática, com a duração de um ano, abrangendo as seguintes disciplinas responsáveis pela totalidade da formação pedagógica do candidato à licenciatura: Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos da Educação e Fundamentos Sociológicos da Educação.

O aluno, ao final de três anos de curso em algumas das seções fundamentais, recebia o diploma de bacharel, sendo-lhe facultada a matrícula no curso de Didática, ao fim do qual, com o diploma de licenciado, estaria apto a exercer o magistério, conforme a sua área de estudos, em curso secundário ou Escola Normal. É o denominado esquema "três mais um" que constituiu os currículos de formação de professores em nível superior até o início da década de 60.

Alguns comentários são pertinentes acerca do modo como, nesses anos, foi regulamentada a formação de professores em nível superior, e a própria Didática.

Primeiro, é importante ressaltar que o referido Decreto introduziu uma diferenciação e mesmo uma divisão no campo da formação pedagógica do professor em nível superior: por um lado, instituiu um curso de formação pedagógica (o curso de Didática) com a duração de um ano para os bacharéis que aspirassem à Licenciatura; por outro lado, pelo princípio da autonomia e especialização, distinguiu e enriqueceu a formação de outros profissionais do ensino com o curso de Pedagogia, passando esses a se verem como os legítimos intelectuais

do campo educacional. A dualidade da formação desses dois tipos de profissionais do ensino ainda hoje tem implicações no próprio campo da Didática, porque esses agentes, portadores de um **habitus** profissional diferenciado em função das especificidades de sua formacão acadêmico-profissional, passarão, em anos posteriores, a competir pela autoridade científica de definir qual o discurso e o saber-fazer legítimos acerca do ensino.

Uma segunda observação diz respeito à evidente dificuldade e ambigüidade que já nesses anos pioneiros se encontrava na delimitação do campo de estudos e práticas da Didática. Veja-se que a Didática foi instituída ao mesmo tempo na forma de curso e disciplina escolar, e note-se que, enquanto curso, a Didática abarcou diferentes disciplinas e preocupações do conhecimento pedagógico, reunindo diversos conteúdos sob a mesma denominação. Esse fato evidencia que o problema da identidade da Didática e seus limites em relação aos demais conhecimentos pedagógicos finca raízes já na sua gênese no campo acadêmico-universitário.

Por último, atente-se para o fato de que a forma como a Didática foi regulamentada reuniu em uma mesma cadeira a Didática Geral e a Didática Especial, não havendo propriamente, nesses tempos pioneiros, uma diferenciação entre os dois campos. Com efeito, os depoimentos mostraram que, inicialmente, tanto a Didática Geral como as Didáticas Especiais eram dadas por um único professor que ministrava um conteúdo de caráter genérico em que não se distinguiam as questões relativas ao ensino e à aprendizagem das diferentes áreas ou matérias de estudo; quando muito, a Didática Especial se resumia a um elenco de técnicas e métodos de natureza indistinta.

A Didática, nesses anos, foi herdeira das tradições da Escola Normal e do ensino primário. A maior parte dos primeiros professores que ocuparam a cátedra de Didática Geral e Especial nas antigas Faculdades de Filosofia eram originários da Escola Normal; sua formação culminava, quando muito, em algum curso de formação de especialistas (inspetores, diretores, etc.) do tipo dos que eram oferecidos pelos Institutos de Educação da época ou por instituições como a Escola de Aperfeiçoamento, em Minas Gerais.

Fatores como a origem de classe e, sobretudo, o sexo desses professores, aliados à sua origem escolar e profissional, conferiram a esses agentes um determinado **habitus** que imprimiu suas marcas ao conteúdo da Didática legitimado nesses anos no interior das Faculdades de Filosofia; e conferiu, além de tudo, um lugar a esse saber na hierarquia das disciplinas científicas e matérias de estudo que constituíam o campo acadêmico-universitário nesses anos.

Por **habitus** (Bourdieu, 1987b, 1989) se quer designar um sistema de disposições duráveis e socialmente constituídas que, incorporadas a um agente ou a um conjunto de agentes, orientam e dão significado às suas ações e representações. São "estruturas estruturantes" que ultrapassam o nível da consciência e fazem a mediação entre, de um lado, as estruturas sociais e, de outro,

as práticas individuais. É um "ofício", um capital de técnicas, de crenças e referências em relação aos diferentes campos da vida social, que orienta a ação dos indivíduos frente ao mundo e é, ao mesmo tempo, fruto de sua história cultural e social pregressa.

Do ponto de vista da origem social das professoras entrevistadas, representantes dos primeiros professores catedráticos de Didática e seus assistentes, o recrutamento se deu principalmente entre frações das classes médias e da pequeno-burguesia que nos anos iniciais deste século buscavam se afirmar no contexto político, social e econômico da época. A escola, em seus depoimentos, apareceu sempre como algo muito valorizado por suas famílias que, desprovidas de um capital econômico significativo, a viam como possibilidade de ascensão social.

Considerando-se, ainda, o fato de a maioria dessas professoras pertencer ao gênero feminino e apresentar ambições de progresso cultural e profissional em tempos nos quais as opções de profissionalização para as mulheres eram restritas, parece que o investimento escolar constituiu a **estratégia** por excelência de realização dos seus desejos e de conquista de uma determinada posição social.

Viu-se que, na verdade, houve uma multiplicidade de fatores que levaram as entrevistadas à carreira do magistério nas disciplinas pedagógicas do ensino superior. Pode-se dizer, no entanto, lembrando Bourdieu (1983b), que as "escolhas" profissionais ou em termos de formação profissional das entrevistadas, representantes dos primeiros professores de Didática nas antigas Faculdades de Filosofia, constituíram antes **estratégias** de investimento em um campo profissional onde as possibilidades de obtenção de vantagens e lucros simbólicos eram maiores do que em outros campos, em virtude de um habitus constituído, sobretudo, pela condição sexual e formação escolar e profissional.

Utiliza-se aqui o conceito de **estratégias** com o sentido que lhe é atribuído por Bourdieu (1983b, 1990a) e estreitamente ligado ao conceito de campo. As estratégias são entendidas pelo autor como ações inteligíveis, mas não necessariamente inteligentes ou resultantes de um "cálculo" racional e "cínico", que orientam as "escolhas" e os "interesses" dos agentes em função de um habitus adquirido e das possibilidades que um determinado campo oferece para a obtenção e maximização dos lucros específicos em jogo no campo em questão.

Quanto às formas de recrutamento utilizadas na constituição das equipes de Didática nas Faculdades de Filosofia, concluiu-se que, se inicialmente elas se constituíram a partir de um único professor que assumia a Didática Geral e, por vezes, a Especial para todos os cursos, já nos anos 50 e 60 o ensino da Didática começa a se especializar pelas diferentes áreas de conteúdo, formando-se assim propriamente as equipes de Didática nessas instituições. O recrutamento desses professores fez-se, a maior parte das vezes e nos casos estudados, pelo convite a ex-alunos que se destacavam nas diferentes Licenciaturas, passando esses à condição de professores assistentes na cadeira de Didática Geral e Especial.

Consolidação e fragmentação do campo da Didática nas Faculdades de Filosofia

Um movimento de consolidação — e ao mesmo tempo de fragmentação — caracterizou o desenvolvimento da Didática no interior das Faculdades de Filosofia, abrangendo um período que vai dos anos 50 ao final da década de 60, quando essas instituições são desmembradas em virtude da Reforma Universitária de 1968.

Denominou-se de consolidação o processo de independização do campo da Didática em relação a outras áreas do conhecimento pedagógico, e a conquista, pela Didática e seus agentes, de uma certa respeitabilidade no interior das Faculdade de Filosofia.

Por outro lado, chamou-se de fragmentação o processo crescente de diferenciação e de divisão que o campo da Didática sofreu no decorrer dos anos 50 e 60. Um processo que foi legitimado, do ponto de vista legal, pelo Parecer N. 292 do Conselho Federal de Educação, aprovado em 14 de novembro de 1962, quando foi extinta a cadeira de Didática Geral e Especial e, entre outras medidas não menos significativas, foi criado o campo da Prática de Ensino que, desde então, passou a reinvindicar o tratamento das questões relativas ao ensino dos diferentes conteúdos escolares.

Do ponto de vista metodológico, é mister destacar que, para a caracterização dos processos anteriores, recorreu-se não somente às memórias das entrevistadas. Fez-se, ao lado disso e entre as fontes documentais já antes citadas, a análise de algumas obras pioneiras de Didática escritas por autores nacionais, que, desde o interior das Faculdades de Filosofia, ou se tornaram verdadeiros manuais[2] dos cursos de Didática nessas instituições — propiciando uma certa unificação do discurso sobre o ensino entre os agentes do campo — ou foram trabalhos acadêmicos[3] apresentados em concursos, instâncias de consagração do campo, como, por exemplo, eram, a esse tempo, os concursos para a cátedra de Didática nas Faculdades de Filosofia.

Esse procedimento se justificou na medida em que se considera que há, no interior dos campos da produção cultural e simbólica, instâncias de consagração onde certos problemas, objetos e concepções teóricas — e seus porta-vozes — recebem o reconhecimento dos agentes do campo em detrimento de outras que com elas disputam o monopólio da competência científica, esta compreendida, por Bourdieu (1983a), como a "capacidade de falar e agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada)" e com autoridade- acerca das questões pertinentes ao campo ou disciplina científica — "que é socialmente outorgada a um agente determinado."(p.123)

Assim, no campo acadêmico-universitário, os concursos para provimento de vagas nas diversas disciplinas científicas são, certamente, uma das instâncias de consagração que legitimam determinados objetos e concepções teóricas — e

seus defensores — como aqueles dignos de receber o reconhecimento dos pares concorrentes no interior do campo ou da disciplina em questão.

O estudo aqui referido distinguiu três momentos da evolução da Didática em termos da delimitação do seu campo de estudos e práticas. Momentos que não constituem etapas estanques ou necessariamente sucessivas do seu desenvolvimento nas Faculdades de Filosofia, mas que são antes uma sistematização adotada para tentar dar conta das transformações que o campo sofreu nesses anos.

O primeiro momento coincide com os primórdios da constituição da Didática no ensino superior brasileiro, em que não havia — de fato — uma distinção entre Didática Geral e Especial. A Didática emerge como um campo de estudos e práticas pouco delimitado em relação à Pedagogia e a outras áreas e disciplinas do campo pedagógico, como por exemplo a Psicologia, a Filosofia e a Sociologia da Educação. O seu estatuto epistemológico nesses anos oscila entre a arte e a ciência, e os seus conteúdos são um amálgama de temas e discussões buscados naquelas áreas de conhecimento, entre os quais vai se destacando um conteúdo de caráter técnico e metodológico que pretendia dar conta dos problemas do ensino e da aprendizagem de qualquer matéria e nível de ensino.

Como bem disseram as entrevistadas, foram tempos em que a Didática estava em busca de sua teoria ou dos seus fundamentos científicos. E na inexistência de uma tradição de pesquisa sobre o ensino no Brasil e, conseqüentemente, de uma bibliografia nacional sobre esse tema, a Didática buscou o apoio teórico em uma grande variedade de obras estrangeiras que privilegiavam — coerentemente com o escolanovismo — uma abordagem psicológica sobre a educação e o ensino. Assim, é sobretudo na Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, seja sob o enfoque psicogenético, seja sob o enfoque experimental, que a Didática foi buscar sua legitimidade científica.

O segundo momento do desenvolvimento da Didática, que pode ser percebido mais nitidamente a partir de meados dos anos 50, é aquele em que o campo passou a delimitar mais claramente como seu objeto de estudo e práticas a direção técnica da aprendizagem. Foi com esse objeto de estudo que efetivamente ela se consolidou no interior das Faculdades de Filosofia, adquirindo maior autonomia ou independência em relação a outras áreas e disciplinas do campo pedagógico. Acentuou-se então o seu caráter instrumental e normativo, ainda sob a influência de uma abordagem psicológica, em que vai ganhando corpo o enfoque experimental que atinge o seu auge durante a década de 60 com o movimento das escolas e classes experimentais.

Assim, foi em torno de um discurso eminentemente técnico e normativo acerca do ensino e da aprendizagem que o mercado do campo da Didática se unificou nesses anos. E foi em função desse mesmo discurso que os diferentes agentes e seus produtos, que concorriam a postos na hierarquia do campo, foram avaliados.

A esse respeito, é interessante notar o que diz Bourdieu (1990 b) sobre o processo de autonomização e constituição de um campo intelectual e artístico. Na seguinte passagem o autor se refere especificamente às lutas que se desenvolvem nesse campo, mas suas palavras são exemplares do processo de legitimação de determinados objetos e concepções teóricas que também se desenvolve no interior de um campo ou disciplina científica:

> *"De fato, um dos alvos mais importantes que estão em jogo nas lutas que se desenrolam no campo literário ou artístico é a definição dos limites do campo, ou seja, da participação legítima nas lutas. Dizer a propósito dessa ou daquela corrente, desse ou daquele grupo, que 'isso não é poesia', ou 'literatura', significa recusar-lhe uma existência legítima, significa excluí-lo do jogo, excomungá-lo. Essa exclusão simbólica não é senão o inverso do esforço no sentido de impor uma definição da prática legítima, no sentido, por exemplo, de constituir como essência eterna e universal uma definição histórica de tal arte ou tal gênero que corresponda aos interesses específicos dos detentores de um determinado capital específico. Quando bem sucedida, essa estratégia, que, assim como a competência que ela coloca em jogo, é inseparavelmente artística e política (no sentido específico), consegue garantir-lhes um poder sobre o capital detido por todos os demais produtores, na medida em que, através da imposição de uma prática legítima, é a regra do jogo mais favorável a seus trunfos que acaba se impondo a todos (...), são as suas realizações que se tornam a medida de todas as realizações."* (p.173)

Então, apesar de já na segunda metade da década de 50 aparecer uma produção[4] no interior do campo da Didática que criticava a dimensão excessivamente técnica do trabalho docente e o seu extremo formalismo no tratamento do fenômeno do ensino, até mesmo antecipando uma abordagem sociológica do ensino que se torna hegemônica nas últimas duas décadas, essa produção não era reconhecida como legítima por sua distância dos critérios de avaliação derivados da concepção que professavam as hierarquias dominantes no interior do campo.

Por último, o terceiro momento da Didática culminou com a própria divisão do campo no início da década de 60, quando surge a Prática de Ensino, que incorpora os conteúdos e preocupações antes tratadas pelas "Didáticas Especiais". A partir daí, aprofunda-se uma divisão que já antes se anunciava com a especialização do ensino de Didática para os diferentes cursos de Licenciatura: enquanto a Didática Geral prossegue tentando se constituir enquanto uma teoria geral do ensino capaz de explicar as questões do ensino e da aprendizagem do conjunto das disciplinas escolares, a Prática de Ensino, negando essa possibilidade, vai em busca da natureza própria do ensino de cada conteúdo ou disciplina científica.

A Didática e seus profissionais ocuparam uma posição inferior e desprestigiada na hierarquia dos cursos e disciplinas que constituíam as Faculdades de Filosofia. Essa foi uma questão sempre lembrada pelas entrevistadas

em seus depoimentos e que pode ser explicada pela convergência de diferentes variáveis.

Entre essas variáveis, destacam-se o "lugar" que a representação dominante reservava à função da profissionalização entre os objetivos previstos para as Faculdades de Filosofia, e a própria natureza do conteúdo que se afirmava nesses anos no campo da Didática.

A importância ou o reconhecimento atribuído aos diferentes agentes nas Faculdades de Filosofia foi uma função do grau de legitimidade atribuído aos objetos com que esses agentes trabalhavam. Sendo a questão da formação pedagógica uma preocupação menor frente aos objetivos de formação científica que essas instituições propalavam, os professores que tiveram suas atividades exclusivamente no curso de Didática foram alvos de uma redução de prestígio, quando comparados aos seus colegas das disciplinas ditas "de conteúdo" ou àqueles que dividiam as suas atividades com outros cursos mais prestigiosos.

Com efeito, segundo diz Bourdieu (1975), há no campo científico um sistema de classificação em vigor — nem sempre explícito — que trata determinados domínios, objetos, métodos e teorias como "dignos" ou "indignos" de receber os interesses e os investimentos dos agentes de um determinado campo. E o pesquisador — ou professor — participa sempre da importância e do valor simbólico que a representação dominante atribui aos seus objetos de trabalho e pesquisa.

Não só o estudo aqui relatado destaca o lugar menor que era atribuído à Didática no interior das Faculdades de Filosofia. O estudo de Nadai (1991), quando analisa a trajetória da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, mostra que o curso de Didática, no interior das Faculdades de Filosofia, foi o "locus" da aproximação com um campo profissional desprestigiado em relação às tradicionais profissões liberais, coerentemente com a tradição cultural da sociedade brasileira da época. Acrescenta, ainda, que mesmo entre os que optavam por ser alunos das Faculdades de Filosofia, a maioria buscava antes o papel de intelectuais e pesquisadores, e não o de professores.

A própria natureza do objeto de estudo, dos conteúdos e práticas que se afirmavam no interior do campo da Didática nesses tempos pioneiros, levantava dúvidas acerca do seu caráter científico. O conteúdo da Didática reduzia-se, não poucas vezes, à prescrição de modelos e de orientações de caráter instrumental e utilitário. Pela natureza mesma dos seus conteúdos e práticas, pelas dificuldades de delimitação do seu campo de estudos, a identidade da Didática se construía em oposição à ciência.

Outra variável destacada para explicar a posição inferior que a Didática e seus agentes ocupavam nas Faculdades de Filosofia foi o capital social e escolar dos primeiros catedráticos e professores que assumiram as cadeiras das disciplinas pedagógicas e, entre elas, a cadeira de Didática Geral e Especial.

Veja-se que nas outras seções das Faculdades de Filosofia geralmente estavam aqueles agentes — a maioria do sexo masculino — que eram os portadores de diplomas de nível superior, obtidos no estrangeiro ou, então, nas prestigiadas escolas que formavam os quadros das profissões liberais nas décadas iniciais deste século no Brasil.

Por outro lado, os professores de Didática, além de na sua maioria serem mulheres, foram oriundos do ensino primário com uma formação escolar e acadêmica que culminava na Escola Normal, quando muito, acrescida de algum curso de especialização, realizado em instituições que não tinham o estatuto de escola de nível superior. Um conjunto de atributos que conferiu a esses professores um capital simbólico menor frente aos seus companheiros das demais seções das Faculdades de Filosofia.

Apesar disso, o final da década de 50 e os anos 60 foram rememorados pelas entrevistadas como os tempos áureos da Didática nas antigas Faculdades de Filosofia. Contribuindo para isso, estiveram as experiências desenvolvidas nos Colégios de Aplicação sob a inspiração do movimento das escolas e classes experimentais dos anos 60, o surgimento dos primeiros doutoramentos e das primeiras pesquisas em Didática, a intensificação dos intercâmbios entre os profissionais do campo por intermédio dos primeiros livros de Didática escritos por autores nacionais e pela participação em bancas examinadoras nos concursos e defesas de tese.

Entre os fatores anteriormente enumerados, os Colégios de Aplicação foram veementemente lembrados como tendo contribuído de forma inquestionável para a consolidação da Didática nas Faculdades de Filosofia.

Previstos em legislação desde o Decreto-lei N. 9.053, de 12 de março de 1946, que instituiu a obrigatoriedade de as Faculdades de Filosofia manterem um Ginásio de Aplicação sob a responsabilidade da cadeira de Didática e a direção de seu catedrático, esses ginásios destinavam-se à prática docente dos alunos matriculados no curso de Didática e desempenharam um papel fundamental na articulação entre a teoria e a prática, e na integração do trabalho da Didática Geral com as "Didáticas Especiais" ou Práticas de Ensino.

Esses são tempos em que as equipes de Didática com professores especialistas nas diferentes áreas de conteúdos já estão, de certa forma, consolidadas. Este fato, aliado ao surgimento das condições mínimas para a pesquisa no campo pedagógico — mesmo que a motivação principal fosse a obtenção da titulação necessária ao progresso na carreira universitária — levou à diversificação, e mesmo à especialização, da pesquisa e dos conteúdos no campo da Didática.

A busca de um método único e de uma lógica universal que desse conta do ensino em diferentes níveis e áreas de saber, que, até então, era a preocupação quase que exclusiva da Didática, vai dividir os investimentos dos agentes do campo durante os anos 50 e, sobretudo, nas décadas posteriores, com a busca de um corpo de conhecimentos sobre o ensino a partir da estrutura e lógica particu-

lares às diferentes áreas e disciplinas científicas.

Esse movimento foi o germe de uma divisão no campo da Didática que acabou por ser legitimada pelo Parecer N. 292 do Conselho Federal de Educação, aprovado em 14 de novembro de 1962. Esta medida consolidou no plano legal o desmembramento do curso de Didática e da própria cadeira de Didática, que perdeu os seus qualificativos de Geral e Especial, dando origem a dois subcampos distintos na formação do professor: Didática e Prática de Ensino.

A proximidade desses campos em termos do seu objeto e papel na formação de professores, e o fim ou a descaracterização dos Colégios de Aplicação, no final dos anos 60, como locais que permitiam a articulação de um projeto pedagógico comum às equipes de Didática e Prática de Ensino, tiveram como conseqüência a eclosão de inúmeras disputas e conflitos, motivados pela definição dos objetivos e das tarefas que a cada qual estão reservadas na formação de professores.

O final dos anos 60 trouxe o desmembramento das antigas Faculdades de Filosofia e marcou, com esse fato, a agonia de um período da história da formação de professores em nível superior no Brasil e, também, da própria Didática.

A trajetória da Didática nas Faculdades de Filosofia foi efetivamente o recorte de tempo privilegiado no estudo relatado. Período que se denominou de "tempos pioneiros" pelo duplo significado dessa expressão quando se pensa nesses 30 anos da trajetória da Didática e seus agentes nas Faculdades de Filosofia: tempos precursores e de desbravamento no campo acadêmico-universitário, e tempos da presença hegemônica do pensamento pedagógico dos "Pioneiros da Educação Nova" no campo educacional brasileiro.

O campo da Didática a partir dos anos 70

Entre o final dos anos 60 e o início da década de 70, a Didática e seus agentes engajam-se no movimento da Tecnologia Educacional, conhecendo um incremento sem precedentes da sua produção científica e do processo de profissionalização dos seus agentes, resultados da instituição dos programas de Pós-Graduação na área, dentro da política oficial de incentivo à pesquisa e qualificação profissional proposta pela Reforma Universitária de 1968.

São tempos em que a Didática e seus agentes conquistaram — para utilizar a expressão de uma das entrevistadas — uma **"visibilidade acadêmica"** não antes conhecida. Mas uma conquista cujo preço foi sua subserviência a uma racionalidade imposta "de fora". Ou seja, o Estado impunha as regras e definia os critérios de legitimidade da produção científica no campo da Didática.

Sob o signo do positivismo, a Didática silenciou acerca dos aspectos políticos e sociais na determinação da baixa produtividade do ensino e engajou-se na busca da racionalidade, da produtividade e da eficiência no ensino — exacer-

bando o caráter técnico e instrumental com que já vinha se afirmando nas décadas anteriores na abordagem dos fenômenos didáticos. Enfatizavam-se as soluções eminentemente formais e técnicas dos problemas do ensino, tendo como pressuposto a neutralidade que deveria embasar uma abordagem "verdadeiramente" científica que a Pedagogia e a Didática deveriam ter no tratamento daqueles problemas.

São tempos que ensejaram a proliferação de procedimentos didáticos que conjugavam princípios científicos da psicologia behaviorista, da teoria da comunicacão e do enfoque sistêmico (objetivos comportamentais, aprendizagem para o domínio, módulos de ensino, testes de múltipla-escolha, instrução programada, micro-ensino...).

Mas é interessante notar que os depoimentos revelaram que a Tecnologia Educacional e os princípios behavioristas foram assimilados ao lado dos princípios pedagógicos da Escola Nova de forma bastante tranqüila na prática dos educadores brasileiros, corroborando alguns estudos[5] que apontam para esse fato.

Assim, enquanto no campo da prática escolar a tônica era o ecletismo, no interior do campo científico as lutas dos diferentes agentes e grupos de agentes se traduziam em disputas ideológicas que dividiam o campo pedagógico. Disputas que se davam, sobretudo, no quadro do liberalismo, ou seja, disputas entre forças que expressavam e defendiam variantes pedagógicas de cunho liberal.

Foi somente a partir de meados da década de 70, em virtude, por um lado, do início da distensão e abertura gradual do regime político instaurado em 1964, bem como dos primeiros sinais de falência do chamado "milagre econômico", e, por outro, do recrudescimento das lutas sociais e políticas da sociedade brasileira, que o discurso educacional passou por profundas transformações, atingindo em cheio a hegemonia liberal no campo da Pedagogia e da Didática e, conseqüentemente, as suas tradicionais lideranças.

Foram tempos em que a Pedagogia e a Didática — principalmente a Didática Geral — viveram uma crise de legitimidade, caracterizada no trabalho em questão como um momento de desequilíbrio do campo, em que o discurso que vinha unificando o mercado do campo da Didática e servindo como a norma na definição do seu objeto de estudo e práticas é abalado, em seus pressupostos mais fundamentais, pelo impacto da progressiva hegemonia que o discurso sociológico de cunho marxista passou a ter no campo educacional, na segunta metade dos anos 70.

Assim, no momento em que a legitimidade do discurso que vinha servindo como norma no campo da Didática é colocada em questão, o campo perde a unidade conquistada em anos anteriores e entra em um processo de desequilíbrio ou "crise" que se caracteriza por uma desunificação do seu mercado e pela interrogação acerca da natureza do objeto do seu discurso e de suas práticas. Em outras palavras, não mais existia um discurso capaz de se impor como o

dominante, o legítimo, e em relação ao qual os diferentes discursos sobre o ensino eram avaliados conforme a sua maior ou menor distância da definição de ensino que se impunha como a legítima no interior do campo.

É claro que esse processo de desequilíbrio vivido pelo campo da Didática acabou por desencadear por parte dos seus agentes uma série de estratégias que visaram a reorganização do campo e a recuperação de sua legitimidade enquanto um campo de estudos e práticas no campo acadêmico-universitário. Mas essa é uma outra história a ser contada.

Considerações finais

A retrospectiva histórica feita pela investigação de que aqui se tratou acerca da constituição e desenvolvimento do campo da Didática no ensino superior brasileiro indicou algumas conclusões acerca daquele processo e apontou possibilidades de análise que convergem para a compreensão dos impasses vividos especialmente pela Didática Geral a partir de meados da década de 70.

Concluiu-se que a trajetória da Didática já no seu nascedouro é marcada pelo desprestígio e pela ambigüidade na delimitação do seu campo de estudos e práticas. Características que, de certo modo, a acompanharam ao longo de sua trajetória no campo-acadêmico, por motivos os quais já se discutiu no texto.

Esse processo atinge o seu auge na crise de legitimidade vivida principalmente pela Didática Geral em meados da década de 70 e nos anos 80. Crise que foi o resultado de um processo de fragmentação da identidade do campo de estudos da Didática originado ainda nas antigas Faculdades de Filosofia, à medida que a Didática e a Prática de Ensino se diferenciavam ao longo da década de 50 e, especialmente, na década de 60.

Quer dizer, enquanto a Didática Geral e Especial formavam uma única cadeira nas antigas Faculdades de Filosofia e, principalmente, enquanto houve um espaço de atuação e discussão em comum, partilhado pelos professores de Didática e Prática de Ensino — os Colégios de Aplicação — o conteúdo da Didática Geral se construía a partir de um esforço de articulação e generalização dos problemas relativos ao ensino dos diferentes conteúdos curriculares. Mas, no momento em que as "Didáticas Especiais", de certa forma, vão ganhando crescente autonomia, e acabam ou descaracterizam-se os Colégios de Aplicação, esvazia-se o papel articulador que dava significado à existência da Didática Geral.

Houve mesmo a fragmentação do próprio objeto de estudo do campo da Didática, ou seja, do ensino. É como se esse objeto tivesse sido "repartido" por várias áreas e disciplinas pedagógicas que, desarticuladas entre si, passaram a disputar a legitimidade por defini-lo.

Ora, quem mais saiu perdendo com esse processo de fragmentação que

atingiu o campo da Didática foi efetivamente a Didática Geral. Sendo o seu conteúdo próprio uma reflexão de caráter mais globalizante acerca da prática pedagógica escolar e do ensino das diferentes áreas de conhecimento, não tendo um conteúdo escolar sobre o qual se debruçar nos moldes das Didáticas **de...**, e, ainda, não se reconhecendo que o estudo da prática pedagógica escolar possa constituir um conhecimento de síntese pertinente à Pedagogia — pois defende-se antes que o conhecimento dessa seria o fruto de um somatório de diferentes ciências que tomam como objeto a educação — a Didática Geral deixa de ter identidade ou razão de existência.

É assim que as duas últimas décadas se abrem para a hegemonia da Sociologia no discurso e nos conteúdos da Didática Geral. E como as transformações em uma dada disciplina ou campo científico são sempre acompanhadas de rupturas que se expressam pela negação e exclusão do passado, o discurso didático passa a secundarizar — e até mesmo a negar — a dimensão técnica e instrumental na abordagem do fenômeno didático; os fundamentos psicológicos são substituídos principalmente pelos fundamentos sociológicos e importam-se conteúdos de caráter genérico, oriundos das ciências auxiliares da educação como a História e a Filosofia.

Então, é tendo como pano de fundo o quadro delineado anteriormente que o início da década de 80 assiste à retomada das iniciativas de organização dos profissionais do campo da Didática. O momento inaugural foi exatamente a realização do *I Seminário "A Didática em Questão"*, promovido pelo Departamento de Educação da PUC/RJ e realizado no período de 16 a 19 de novembro de 1982 na cidade do Rio de Janeiro. A partir dessa data afirmam-se novas lideranças no interior do campo e o discurso acerca do ensino e da prática pedagógica escolar transforma-se substancialmente.

Investigar o movimento de desequilíbrio do campo da Didática e os seus desdobramentos na história recente desse campo no ensino superior brasileiro, tendo como ponto de partida a história dos seus agentes e protagonistas nestas duas últimas décadas, é uma pesquisa ainda a ser feita.

Notas

1. Para ver o que aqui se denomina de "história oral", remete-se às obras de Alberti (1990), Bourdieu (1986), Queiroz (1988) e Thompson (1992).
2. Foram analisadas as obras *Ciência e arte de educar*, 1ª edição de 1955, e *Sumário de Didática Geral* de 1957, respectivamente dos catedráticos de Didática Filocelina da Costa Matos de Almeida e Luiz Alves de Mattos.
3. Trata-se das teses inscritas por Bastos (1957), Oliveira (s.d.) e Siqueira (1957) no concurso para a vaga de professor catedrático na cadeira de Didática Geral e Especial da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, no ano de 1957.
4. Ver as teses de Tocary Assis Bastos, *Análise sociológica da experiência didática*, de

1957, e ainda, a tese de Cleantho Rodrigues de Siqueira, *Aula e expressão pessoal (a aula como forma de expressão pessoal)*, também de 1957.

5. Chamam a atenção para esse fato, entre outros, os estudos de Oliveira (1988) e Libâneo (1991)

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. *História oral; a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 1990. 197p.

ALMEIDA, Filocelina da Costa Matos. *Ciência e arte de educar*. Belo Horizonte: editora da UPC, 1955. 311p.

BASTOS, Tocary Assis. Análise sociológica da experiência didática. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, 1957. (Tese apresentada em concurso para professor catedrático da cadeira de Didática Geral e Especial na Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, realizado em 1959).

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Introd. org. sel. de Sérgio Miceli. 2ed. São Paulo: Perspectiva, 1987a. p.99-181: O mercado dos bens simbólicos.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. Introd. org. sele. de Sérgio Miceli. 2ed. São Paulo: Perspectiva, 1987b. p.183-202: Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990a. p.77-95: Da regra às estratégias.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990b. p.169-180: O campo intelectual: um mundo à parte.

_____. L'illusion biographique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales,* Paris, N. 62/63, p.69-72, juin.1986.

_____. Methode scientifique et hierarchie sociale des objets. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales,* n.1, p.4-6, 1975.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.) *Pierre Bourdieu*: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983a. p.122-155. (Grandes Cientistas Sociais, 39)

_____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. p.59-73: A gênese dos conceitos de habitus e de campo.

_____. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983b. p.89-94: Algumas propriedades dos campos.

BRASIL. Decreto-lei N. 1.190 - 4 abril 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. In: FÁVERO, Maria de Lourdes (coord.) *Faculdade Nacional de Filosofia*. Rio de Janeiro: UFRJ / INEP, v.1, p.79-91, 1989. (Anexo 6)

BRASIL. Decreto-lei N. 9.053 - 12 março 1946. Cria um ginásio de aplicação nas faculdades de filosofia do país. In: NÓBREGA, Vandick Londres da. *Enciclopédia da legislação do ensino*. Rio de Janeiro, v.2, p.1017, 1954.

GARCIA, Maria Manuela Alves. *"Tempos pioneiros": a constituição do campo da Didática no ensino superior brasileiro*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da

Universidade Federal de Minas Gerais, 1994. 217 p. (Dissertação de Mestrado em Educação)

LIBÂNEO, José Carlos. *Memorial.* Goiânia: Faculdade de Educação da UFG, 1991. 124 p. (Documento apresentado à Universidade Federal de Goiânia como uma das exigências para o concurso público de Professor Titular de Didática e Organização do Trabalho Pedagógico, do Departamento de Pedagogia da Faculdade de Educação).

MATTOS, Luiz Alves de. *Sumário de Didática Geral.* 17 ed. Rio de Janeiro: Aurora Ltda., s.d. 511p.

NADAI, Elza. *A educação como apostolado: história e reminiscências* (São Paulo 1930-1970). São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1991. 450p. (Tese, Livre-Docência em Educação).

OLIVEIRA, Alaíde Lisboa de. *O livro didático.* Belo Horizonte: Bernardo Alves S.A., s.d. 118p.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. *O conteúdo da Didática:* um discurso da neutralidade científica. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1988

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: VON SIMSON, Olga de Moraes (org.) *Experimentos com história de vida (Itália-Brasil).* São Paulo: Vértice, 1988. p.15-43.

SIQUEIRA, Cleantho Rodrigues de. *Aula e expressão pessoal* (a aula como forma de expressão pessoal). Rio de Janeiro, 1957. 116p. (Tese apresentada em concurso para professor catedrático da cadeira de Didática Geral e Especial na Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, realizado em 1959)

THOMPSON, Paul. *A voz do passado:* história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 385p.

Trabalho apresentado na 17ª Reunião Anual da ANPEd, em Caxambú - MG, outubro de 1994.

Neste trabalho, faz-se uma síntese das principais questões e conclusões a que se chegou com a pesquisa que resultou na dissertação de mestrado ***Tempos pioneiros: a constituição do campo da Didática no ensino superior brasileiro,*** defendida junto à Faculdade de Educação da UFMG, em 29 de março de 1994.

Maria Manuela Alves Garcia é professora do Departamento de Ensino da Faculdade de Educação da UFPEL.

Endereço para correspondência:
Av. Juscelino K. de Oliveira, 2575 - ap. 401
96.080-000 - Pelotas -RS